

Câmbio trava a indústria

2007 . Ano 4 . Edição 32 - 7/3/2007

"Só há uma forma de o governo não mexer no câmbio: é lançar uma política industrial para utilizar a 'montanha' de dólares estocados no BC no setor produtivo da economia"

Miguel Ignatios



Após quatro anos de "céu de brigadeiro" na economia, eis que surgem, no horizonte, nuvens escuras, que poderão causar turbulências na travessia de 2007. Trata-se do câmbio, ou, como preferem alguns, da valorização do real frente ao dólar e de seus efeitos sobre o setor industrial. Por enquanto, analistas abordam o tema com cautela. Alguns acham que o real não estaria assim tão valorizado. Para outros, o problema seria o dólar, muito desvalorizado, e não o real. Talvez ambas as correntes estejam certas, mas apenas em parte.

O importante é que, de uma forma ou de outra, tal fenômeno não é recente e continuará por um bom tempo sendo uma espécie de contraponto negativo ao "mar de rosas" idealizado por estrategistas do Planalto. Em outras palavras, mais depressa do que imagina, o governo terá de deixar de lado a agenda política (definição de alianças na Câmara e no Senado, reforma ministerial etc.) para dedicar-se, com afinco e seriedade, à questão do câmbio.

O problema sempre reaparece na mídia quando o dólar cai para a faixa de 2,10 reais, mas é abordado como se fosse uma disputa pessoal entre o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles. Ou então como uma briga por espaço entre desenvolvimentistas e monetaristas.

Da mesma forma que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso teve de desvalorizar o real, em janeiro de 1999, no início de sua segunda gestão, em algum momento do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva o governo terá de enfrentar tal desafio.

Vamos analisar rapidamente os fatores responsáveis pela alta da nossa moeda. Em primeiro lugar, no período 2003-2006, soja, açúcar, café, carne bovina e frango, entre outras mercadorias agrícolas de exportação, valorizaram-se bastante, principalmente devido às elevadas taxas de crescimento das economias de China, Índia e Rússia, grandes consumidoras desses produtos.

Em 2006, a quantidade de commodities agrícolas de exportação embarcada para o exterior elevou-se apenas 3% em relação a 2005, menos da metade da taxa de crescimento do comércio internacional registrada no ano passado. Apesar disso, e do aumento das importações, o superávit na balança comercial foi superior a 45 bilhões de reais.

As perspectivas para 2007 são de que os preços de tais mercadorias subam ainda mais, puxados pelo consumo maior de etanol, que passará a ser misturado à gasolina

consumida nos Estados Unidos e na União Européia. Além disso, China e Índia, pelo menos, deverão crescer bem acima da média dos demais emergentes, o que significa mais exportações brasileiras de soja, açúcar, café, frango e de carnes bovina e suína.

Por último, mas não menos importante, continua inalterada a política do BC de reduzir lentamente as taxas básicas de juro. Isso tem atraído para cá uma "enxurrada" de dólares do exterior, em busca da remuneração elevada, que é paga, por exemplo, pelos títulos da dívida pública.

Só há uma forma de o governo não mexer no câmbio: é lançar uma política industrial para utilizar a "montanha" de dólares estocados no BC no setor produtivo da economia. Trata-se daquela mesma política que, timidamente, o governo fez "vazar" para a mídia, em 2004, baseada na substituição seletiva de importações de máquinas e equipamentos, na produção de fármacos e de chips.

Financiar via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) importações necessárias para a implantação e o fortalecimento desses setores é a primeira coisa a fazer. Depois disso, o governo poderia apoiar, por meio da criação de linhas de crédito para importações seletivas, os setores que vêm perdendo terreno para concorrentes de fora: calçados, têxteis, móveis e brinquedos, entre outros.

Isso é urgente e necessário. Até porque se as negociações entre Estados Unidos, União Européia e Grupo dos 20 avançarem no âmbito da Rodada de Doha, muitos outros setores industriais ficarão expostos à concorrência de similares americanos e europeus. Seria uma compensação mais do que justa enquanto as reformas não forem aprovadas. Agora, há recursos. E em dólares!

Miguel Ignatios é presidente da Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB)

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334